



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Aspectos da pedagogia social presentes na elaboração de Plano Diretor Participativo

DALMO DE OLIVEIRA SOUZA E SILVA, SILVIA GATTAI
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar a importância dos aspectos da pedagogia social presentes na elaboração do Plano Diretor Participativo, observando-se o processo de comunicação e o de educação. Com este fim, relata aspectos de realização de projeto elaborado pela Cátedra de Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo, respondendo a edital de concorrência pública: MCT/MCidades/CNPq nº. 060/2005 - Seleção Pública de Propostas para Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana/ Apoio a Elaboração de Planos Diretores Participativos.

Palavras-chave:

Educação, comunicação, política pública.

1. Introdução

Vai, corre e olha o céu que o sol vem trazendo BOM DIA (Cartola).

O cenário contemporâneo das cidades requer uma maior participação, envolvimento e empoderamento das comunidades na sua relação com os territórios citadinos. Este processo notadamente se dá na medida em que há uma conscientização da população com relação às suas práticas sociais e também quanto aos seus direitos de cidadania.

A nova cartografia de cidade se constitui enquanto espaço democrático de acesso aos serviços a todos os cidadãos e é um contexto no qual a equidade, a oportunidade e a participação são requisitos para o exercício pleno de cidadania. A população brasileira é caracterizada pela sua diversidade étnica, cultural, de gênero, entre outras, que se configuram a partir do direito à diferença. A cidade, neste sentido, se apresenta enquanto um espaço educativo no qual vários atores desempenham seus papéis e suas práticas sociais, notabilizando-se na efetividade de uma ação educativa e cidadã. Nessa perspectiva, é importante recorrer a Paulo Freire enquanto estudo de uma pedagogia social que possibilita desenvolver métodos e técnicas adequadas para lidar com a

diversidade que compõe o tecido social, experiências, memória e expressão dos grupos sociais que se configura enquanto geografia humana.

Na geografia física, existe a disputa por territórios com os quais as diferentes comunidades, marcadas por essas diferenças, se identificam.

Grande parte das cidades brasileiras é a expressão territorial da desigualdade na formação do Brasil urbano e o fato de 82% da população viver em cidades potencializa esse problema, (Furtado, 1984).

As cidades mostram muitos contrastes fruto da concentração de renda, principalmente no que diz respeito à existência de infra-estrutura necessária para nelas viver. Uma cidade mal planejada socialmente possui regiões bem equipadas - nos bairros centrais e adjacências encontra-se toda a infra-estrutura para se viver, como tratamento de água e esgoto, escolas, postos de saúde, transportes e trabalho. Nessa mesma cidade os bairros periféricos têm pouca ou nenhuma infra-estrutura, criando na população mais pobre que habita na periferia a necessidade de locomover-se até o centro para trabalhar, estudar, ter acesso à saúde. Essa situação gera um preço diferenciado para a terra de uma região para outra. As regiões com maior infra-estrutura são muito mais valorizadas, portanto possuem o preço da terra caro e inacessível para a maior parte da população, criando assim um círculo vicioso no qual as desigualdades tendem a ser cada vez maiores. É um planejamento urbano perverso, premiando os economicamente mais fortalecidos. De forma contrastante, cidades que possuem uma boa infra-estrutura em todas as suas regiões têm o preço da terra mais barato. Ou seja, quanto mais desigual a cidade maior a concentração de renda e a existência de regiões privilegiadas pela infra-estrutura, o que gera uma série de problemas para a população, principalmente aquela que reside nos bairros periféricos com pouca infra-estrutura. Há problemas relacionados com a falta de escolas, hospitais e emprego. Tais carências estruturais fazem com que a população das periferias tenha que se deslocar para os bairros centrais nos quais encontra recursos para satisfação de suas necessidades básicas, tais como emprego, educação e saúde. Este panorama de desequilíbrio social faz sentido na medida em que se tem uma história para justificar tal situação. É preciso resgatar o fato de que no Brasil o planejamento territorial tradicional coloca padrões de exigência com níveis tão altos que apenas uma pequena parcela da população pode atendê-los, o que legitima a desigualdade já que tais padrões não possuem vínculo com a realidade local, acentuando o desequilíbrio social existente.¹

Esse tipo de planejamento gera o clientelismo, que é uma relação política de péssimo nível, com currais políticos que ajudam a construir e manter o desequilíbrio social.

O Estatuto da Cidade (Projeto de Lei n. 5.788/90), aprovado em julho de 2001 (Lei Federal n. 10.527 de 10/07/2001) criou uma oportunidade para que a população possa atuar de forma a diminuir a desigualdade na ocupação do território da cidade, oportunizando um espaço plural e democrático no qual as diferenças são confrontadas e consideradas para a construção de políticas públicas. Dessa forma, a relação entre comunicação e educação é uma característica do processo de confronto, discussão e consenso na construção da cidadania.

Analisar o processo de construção do Plano Diretor Participativo (PDP) e o quanto possibilita a participação social e a construção de políticas públicas por meio de uma pedagogia social é o objetivo

¹ “Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos. *Grosso modo*, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo em que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e, sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica.” (Rolnik, 1994, p. 97-98)

desse trabalho, que nesse sentido analisa as leituras comunitárias enquanto um dos aspectos considerados da pedagogia social, somado a ações sócio-políticas e culturais.

Para efeito de exemplificação das análises teóricas apresentadas no texto, é descrito, sinteticamente, um processo de elaboração de política pública em pequeno município brasileiro, Joanópolis - SP, no qual a Universidade Metodista de São Paulo, por meio da equipe de pesquisadores da Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades realizou, durante o ano de 2006, um trabalho de orientação à Prefeitura do município, para elaboração do Plano Diretor Participativo, ação essa de extensão universitária, projeto patrocinado pelo CNPq e Ministério das Cidades - Edital MCT/MCidades/CNPq nº 060/2005. Os autores do presente artigo estiveram diretamente envolvidos no desenvolvimento do projeto.

O projeto teve uma abordagem multidisciplinar com uma contribuição das áreas das ciências sociais e humanas, constituindo um novo olhar para a fisionomia de um município brasileiro.

2. O processo de comunicação e educação inerente à participação popular na elaboração de políticas públicas

Que processo educativo será capaz de trazer à consciência dos indivíduos essa prisão de suas mentes e seus sentimentos a um passado, ao qual eles estão presos não individualmente, mas como parte de uma coletividade, por um mito que não permite a eles olharem-se verdadeiramente e compreenderem a força que possuem como seres humanos para modificar sua realidade? (Chaui, 2005).

Ao se analisar o processo socioeducativo presente na construção de políticas públicas integradas para uma cidade, buscam-se pressupostos pedagógicos que falem sobre uma educação problematizadora, como aquela que possibilita a transformação da realidade e do educador, como a que é capaz de auxiliar o educando a problematizar a realidade e a destruir os mitos.² Nesse sentido, a disputa simbólica e a relação de poder criados a partir de uma visão elitista na qual se destaca a idéia dominante dos mais fortes sobre os mais fracos. Contraopondo-se a essa idéia, o papel de uma educação emancipadora, libertadora que promova o sujeito enquanto um ser participativo e atuante dentro de seu contexto e realidade faz com que a linha de pensamento de Paulo Freire seja considerada para uma abordagem do processo de educação que visa à transformação da realidade, trazendo a idéia de temas geradores que são fundamentais na vida dos indivíduos que vivenciam tal realidade.³

Daí a necessidade de conhecer as várias culturas existentes na cidade, com suas características peculiares. São referências para a análise os conceitos de opressor e oprimido, dominante e dominado, predador e presa (DaMatta, 2003) refletindo sobre como uma ação educadora deve libertar ambos os protagonistas da situação de opressão, criando meios para que as pessoas se sintam livres e responsáveis para transformar a realidade na qual estão envolvidas.

Tais conceitos são importantes para desvelar as características essenciais do processo sócioeducativo da população na construção de políticas públicas de um município, tornando essa

²“A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio. Um resultado obtido através do próprio processo de viver, incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.” (Santos, 1998).

³“Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamento estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem pedaços estanques de tempo que ficassem petrificados e nos quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desaparecería uma condição fundamental da história: sua continuidade.” (Freire, 2005, p. 107)

análise mais consistente e focada em temas fundantes como papéis do educador e educando, processo de educação e sua relação com o posicionamento político frente à realidade. Por outro lado, convém lembrar que o papel da cultura nessas realidades tem se mostrado uma condição fundamental para que se pense na efetividade da participação dos vários atores sociais na construção de políticas públicas integradas. É importante observar que as crenças vão sendo transmitidas de geração para geração e mesmo que não haja nenhum registro escrito sobre elas, a tradição de uma família, de uma tribo, de uma cidade ou de uma civilização permanece ao longo dos séculos influenciando as gerações posteriores.⁴ Esta prática é encontrada na cultura cartorial presente na história da formação do povo brasileiro.

A comunicação pressupõe participação, comunhão, ligação, interação e comunidade. Entretanto, não há correspondente muitas vezes neste conceito, porque não há uma dialogicidade, envolvimento em um processo interativo e comunicacional, atributo de uma ação democrática a qual é capaz de promover uma interação social entre os vários atores presentes no contexto da cidade (Alves, 1999).

Ainda na perspectiva da disputa simbólica e a relação de poder, a cidade é palco de conflitos sociais e a memória enquanto prática cultural pode reforçar o sentido e o significado de dominação.

Os conceitos relacionados à educação problematizadora têm como ponto de partida o caráter histórico do ser humano. Os seres humanos se sabem inacabados, inconclusos, e nesta característica se encontram as raízes da educação como atividade humana. A educação que reforça a mudança é revolucionária, é um “que fazer” permanente, é um fortalecimento e autonomia nas decisões do sujeito frente aos desafios encontrados no cotidiano.

A educação bancária enfatiza a percepção fatalista, e a educação problematizadora propõe ao educando a situação como problema a ser resolvido. A principal característica do diálogo é a palavra, e seus elementos são a ação e a reflexão. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Ao se dizer a palavra verdadeira, transforma-se a realidade. A ação pela ação, sem palavra, é ativismo e impossibilita o diálogo.⁵

A relação da comunicação com a educação se materializa na medida em que a construção de um sentido de participação é vivenciada pelos vários atores no processo social. Paulo Freire (2005) aproxima-se da explicação de Arendt (2005) sobre a participação do indivíduo no espaço público ao afirmar que, ao pronunciar o mundo, o ser humano o problematiza, o que exige do sujeito uma nova pronúncia. A palavra verdadeira é trabalho, práxis, ação e reflexão e é um direito de todos os seres humanos.

O diálogo é o encontro dos homens para pronunciar o mundo. Não é possível o diálogo entre os que querem prescrever o mundo para o outro e os que querem pronunciar o mundo. Diálogo é uma exigência existencial que possibilita o pronunciamento sobre o mundo e a sua transformação. Não é uma troca de idéias, nem discussão polêmica, é encontro de homens e mulheres que pronunciam o mundo. É um ato de criação que leva à conquista do mundo (Freire, 2005). A participação nesse diálogo transformador deflagra um processo, em cada uma dessas pessoas, de melhoria crescente em sua auto-estima e um sentimento de pertencimento ao grupo que empodera cada participante (Bourdieu, 2004) possibilitando a potencialização da ação de cada um, (Sawaia,

⁴“Felizmente, o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecê-lo. Mas deste passado guardará sempre a recordação. Com efeito, tal como se apresenta em cada época, o homem é o produto e o resumo de todas as suas épocas anteriores. E se cada homem auscultar a sua própria alma, nela poderá encontrar e distinguir as diferentes épocas, e o que cada um desses períodos lhe legou.” (Fustel de Coulanges, 2004, p. 5)

⁵“A existência porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.” (Freire, 2005, p. 90)

2001). Em outras palavras, criar condições para que exista uma educação libertadora do ser humano significa promover o encontro e o diálogo entre pessoas, promover a participação de cada um. Esse movimento, ao longo do tempo, fortalece cada indivíduo e o grupo envolvidos no diálogo, gerando um sentimento de pertencimento e possibilitando a transformação da realidade. Nesse sentido, a relação entre comunicação e educação é uma possibilidade para que se crie uma pedagogia cidadã, envolvendo uma relação dialógica e propiciando discursos de ampla visão e reivindicação, bem como ensinando a participação e o fortalecimento dos grupos nas decisões coletivas sobre o bem comum.

É necessário criar as condições para o envolvimento da população, por meio de um processo de comunicação que seja compatível com as culturas da cidade, que estimule o fortalecimento, dando visibilidade ao processo de construção das políticas públicas, aguçando a curiosidade e a capacidade de empoderamento e de transformação social.

3. As leituras comunitárias como um dos aspectos da pedagogia social

Entende-se por pedagogia social, na visão de Rudolf Steiner, “agir sobre si mesmo, com os outros e com as perguntas da sociedade, de tal forma que nossa ação torne possível o desenvolvimento sadio de outras pessoas e das condições sociais”. Isto posto, no contexto de construção das políticas públicas componentes do Plano Diretor Participativo de uma cidade, as leituras comunitárias são ações que se realizam e que se desenvolvem a partir do envolvimento, tomada de consciência e decisão sobre o papel e a importância da participação do indivíduo no seu grupo e no seu meio. Esse desdobramento se dá em formas de objetivos que, por um lado, é de iniciar o processo de capacitação da população nos temas do planejamento da cidade e, por outro lado, sensibilizar os moradores da cidade como cidadãos com direitos a serem respeitados e deveres a serem cumpridos. Este processo faz parte de uma pedagogia social na qual se constrói princípios educativos voltados para a participação cidadã. A viabilização das leituras comunitárias necessita que sejam identificados os vários atores sociais presentes no território da cidade, o mapeamento deve ser amplo e não partidário, cobrindo todo o espectro político do município, respeitando as discussões sobre a cidade e suas características - *a cidade que temos e a cidade que desejamos*. Esta etapa ocorre sistematicamente, ao longo do processo de construção do plano diretor, em grupos compostos por representantes das várias comunidades, eleitos por seus pares, a partir de um tema gerador⁶ - educação saúde, transporte, meio ambiente, violência, trabalho, habitação, saneamento. Esses representantes passam a ser legítimos porta vozes de seus grupos comunitários. As reuniões também podem ocorrer de forma espontânea e natural trazendo para a pauta uma discussão relacionada às identidades e problemáticas locais. Seja qual for a característica da reunião ela propicia a definição dos chamados eixos temáticos que serão a base para a elaboração do projeto de lei do Plano Diretor Participativo.

Um cronograma de leituras comunitárias deve ser construído, considerando os melhores horários para participação de toda a população. Antes da realização das reuniões deve haver um agendamento onde os técnicos da Prefeitura estão envolvidos, bem como os representantes da sociedade civil pertencentes aos grupos convidados para cada leitura comunitária. As reuniões são planejadas e organizadas de forma a conseguir um envolvimento de todos que todas as falas sejam ouvidas e registradas, completando com os mapas da cidade que são um recurso pedagógico rico para conduzir a discussão. Eles podem ser afixados na parede do local onde a leitura será realizada e ir sendo marcados com pincel hidrográfico à medida que as pessoas vão apontando questões importantes relacionadas a cada região do município.

⁶ “Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular. Temas de caráter universal, contidos na unidade epocal mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades, continentais, regionais, nacionais etc., diversificadas entre si.” (Freire, 2005, p.109)

Nesta prática pode ser observada a referência que Paulo Freire traz com as “rodas de conversas” que nada mais são do que oportunidades dadas para que os sujeitos possam decidir e narrar sobre os episódios que marcam sua vida na cidade. É a oportunidade da participação e do diálogo, criando assim uma pedagogia social e democrática de intervenção plural, isto é, todos os agentes e toda a comunidade passam a ser responsável pelo processo que conduz a melhoria e a necessidade de ter uma cidade mais humana e justa. Este exercício é um processo educativo no qual o conhecimento sobre a cidade é construído a partir de uma nova relação entre os diferentes olhares sobre a cidade, no qual os interlocutores se reconhecem numa relação de igualdade de poder, estabelecendo laços de cumplicidade e dialogicidade, criando uma nova realidade entre sujeito e objeto, uma cartografia de justiça social.⁷

Ao longo da realização das leituras, são feitas perguntas para os grupos de forma a estimular a discussão. Por exemplo: Quais as qualidades da cidade e do município? Quais os problemas? Quais os desejos do grupo para a cidade? Onde a cidade é mais cidade? Onde é menos cidade?

Durante esse processo, deve ser redigida uma ata que registra e documenta toda a discussão, pontos levantados e sugestões que vão subsidiar a definição dos eixos temáticos.

Do ponto de vista metodológico, esta prática reforça a idéia de um processo educativo e de uma pedagogia na qual os aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais estão implicitamente perpassando toda a relação de comunicação e educação. Após a leitura comunitária é necessário sistematizar os dados colhidos. Neste momento, os temas e problemas comuns a todos são identificados, mas também os específicos, que ocorrem em apenas uma parte da cidade ou incidem sobre alguns grupos. Os conflitos e disputas presentes no município, devem, necessariamente, ser identificados.

Os registros das leituras, bem como a sistematização dos dados, são apresentados à população para verificação da existência de situações e/ou questões que não foram mapeadas.

4. Estudo de Caso

4.1 Procedimentos metodológicos e caracterização do objeto de estudo

Para efeito de exemplificação que contribua para a reflexão sobre a participação da população da cidade na construção de políticas públicas, são apresentadas características do processo de implantação do Plano Diretor Participativo de Joanópolis, município rural-urbano com uma população em torno de dez mil habitantes, localizado a noroeste do estado de São Paulo. O relato compõe-se da descrição dos aspectos de realização de projeto elaborado pela Cátedra de Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo, respondendo a edital de concorrência pública: MCT/MCidades/CNPq nº. 060/2005 - Seleção Pública de Propostas para Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana/ Apoio a Elaboração de Planos Diretores Participativos.

O Plano Diretor Participativo foi elaborado entre abril e outubro de 2006 e compôs-se de duas fases, uma de planejamento e outra de execução. Durante o planejamento a equipe da Cátedra Prefeito Celso Daniel de Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo, como parte de suas responsabilidades no projeto, discutiu e consensou com o Prefeito de Joanópolis e seus secretários os pontos de partida conceituais do trabalho, quais deveriam ser as fases do processo de construção, as razões pelas quais seria fundamental a participação da população e quais recursos deveriam ser utilizados para estimular a participação dessa última.

⁷ “Ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte do perceber, mais facilmente vão surpreendendo, na sua “visão de fundo”, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade.” (Freire, 2005, p. 124)

AGENTE	RESPONSABILIDADES
Prefeito de Joanópolis	Decide sobre a construção do PDP Coordena o processo de construção do PDP* Patrocina a divulgação do PDP Acompanha o desenvolvimento do PDP Dialoga com universidade para acompanhamento das atividades e tomada de decisão sobre fases, prazos, recursos necessários** Fornece recursos para divulgação das ações de elaboração do PDP***
Secretarias da Prefeitura de Joanópolis	Fornecem informações para leitura técnica Fornecem informações técnicas nas leituras comunitárias e no Núcleo Gestor Participam no Núcleo Gestor Participam nas leituras comunitárias
Vereadores	Participam no Núcleo Gestor Participam nas leituras comunitárias Validam eixos temáticos Participam a aprovação do projeto de lei Realizam a análise do projeto de lei do PDP Aprovam o projeto de lei do PDP
Empresas presentes em Joanópolis	Participam no Núcleo Gestor Participam nas leituras comunitárias Validam eixos temáticos Aprovam projeto de lei
Comunidades rural-urbanas	Escolhem representantes para participar no Núcleo Gestor Participam nas leituras comunitárias Validam eixos temáticos Aprovam projeto de lei
Departamento Jurídico da Prefeitura	Atualiza-se sobre o Estatuto das Cidades Contribui na construção do projeto de lei do PDP
Universidade Metodista de São Paulo	Dialoga com Prefeito sobre fases da construção do PDP Prepara e apresenta estratégia de comunicação com a população Prepara e conduz atividades de preparação do Núcleo Gestor e da população para atuação no processo

Tabela 1 – Responsabilidades dos Vários Agentes Participantes na Construção do PDP de Joanópolis

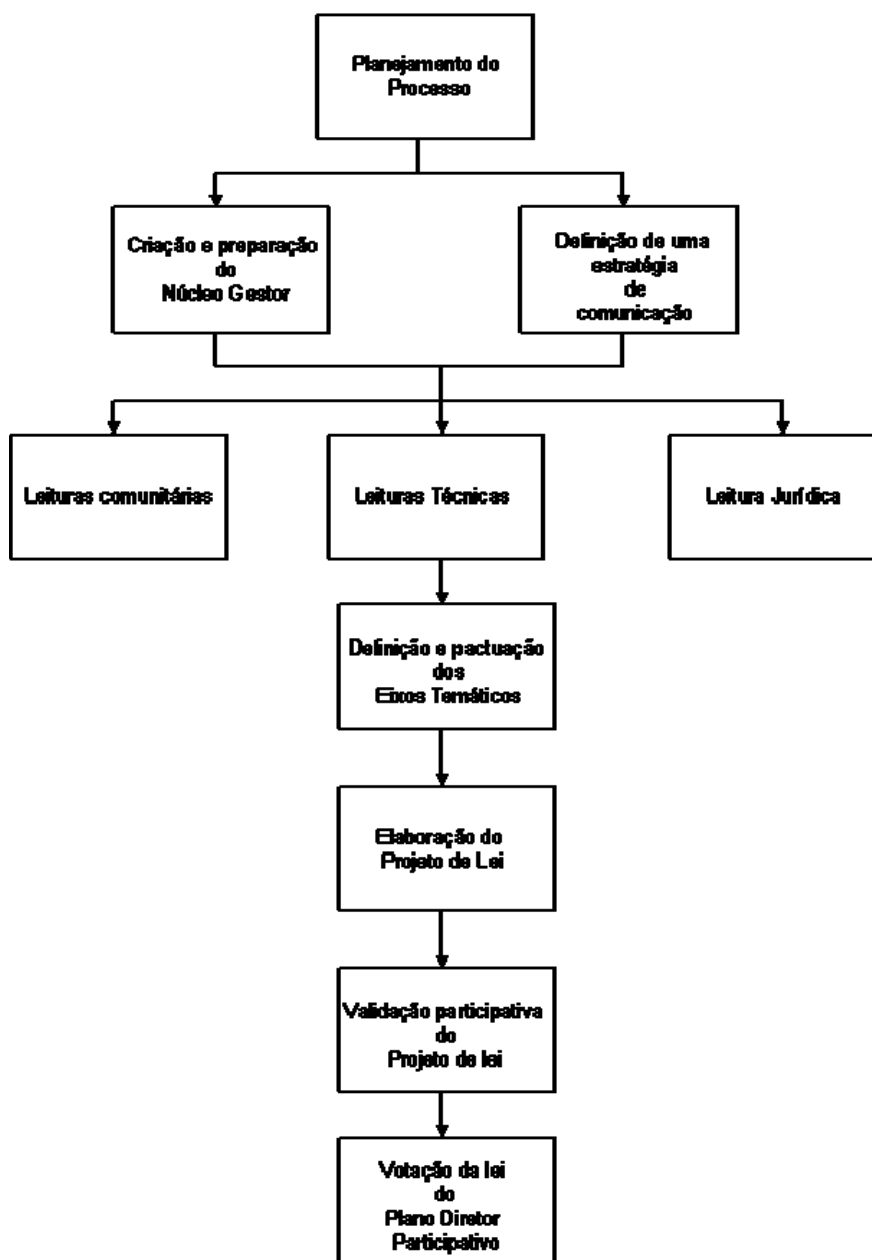
*atividade realizada pela ONG Terceira Via

** atividade realizada pela ONG Terceira Via

***recursos como faixas para divulgação, folhetos, banners, cartilhas e kits para participantes do Núcleo Gestor fornecidos pela Universidade Metodista de São Paulo

O fluxograma abaixo apresenta as etapas do processo de planejamento e construção do Plano Diretor Participativo.

PLANEJAMENTO DO PDP DE JOANÓPOLIS FASES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO



4.2. As leituras comunitárias em Joanópolis

As comunidades urbano-rurais do município não possuem nenhuma tradição de participação na esfera pública. Há quatro anos foi formada uma associação de bairro num dos bairros rurais, como exigência do governo do estado de São Paulo para a implantação do projeto de micro bacias e, há cerca de um ano, outra associação em bairro rural foi formada com os mesmos objetivos da outra. Há uma articulação entre moradores de bairros em regiões limítrofes entre zonas rural e urbana, bairros

esses construídos em loteamentos irregulares, cujos moradores se mobilizam para conseguirem a regularização de seus terrenos.

De uma forma geral, a população do município de Joanópolis participou muito pouco na construção do seu Plano Diretor, ocorrendo uma participação em torno de 1% a 2% da população total do município, nas várias fases do processo de elaboração.

Em Joanópolis ocorreram em torno de vinte reuniões de leitura comunitária, algumas por temas específicos como turismo, comércio e indústria, uso e ocupação do solo, patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento rural. Nas reuniões organizadas por temas específicos estiveram presentes representantes do turismo, comerciantes, arquitetos e proprietários de imobiliárias, representando basicamente as elites do município e o poder econômico. Não participaram dessas reuniões representantes das comunidades mais pobres, como dos bairros periféricos ou rurais. Nas reuniões ocorridas nos bairros: Lagoa, Piúca, Moenda, Paiol Grande, bairro da Cachoeira, Chão Caipira, Vila Sanchez e Can-Can, houve uma representação das comunidades da periferia do município e da zona rural. Em relação aos moradores da zona rural, houve duas leituras comunitárias com esse segmento da população e foram as reuniões nas quais esteve presente o maior número de pessoas, em torno de quarenta pessoas por reunião. As duas associações de bairro existentes no município são de bairros rurais, nas quais os moradores participam em prol de benefícios coletivos.

A divulgação da realização das datas e dos locais foi feita através do site da ONG Terceira Via e também por folhetos distribuídos pela cidade. Os membros do Núcleo Gestor também fizeram uma divulgação boca-a-boca em seus bairros e os grupos temáticos informaram os setores a que pertencem – turismo, comércio e indústria, uso e ocupação do solo. Algumas faixas foram colocadas nos bairros e um rap sobre o Plano Diretor foi composto e divulgado na rádio local durante as semanas que antecederam as leituras comunitárias.

Todas as reuniões de leitura comunitária foram registradas em atas que foram enviadas aos participantes de cada reunião.

Participaram aproximadamente cem pessoas, distribuídas pelas várias reuniões de leitura comunitária, número que corresponde a uma porcentagem de 1% da população de Joanópolis.

Cada reunião de leitura comunitária foi conduzida por um membro do Núcleo Gestor, que se encarregou de divulgá-la e convidar pessoas para participarem. A técnica de condução utilizada foi a exposição dialogada: o facilitador da reunião abriu a discussão explicando por que estavam todos reunidos naquele momento, colocando perguntas sobre como as pessoas presentes percebiam Joanópolis e como gostariam que ela fosse no futuro e foi registrando as observações. Com esse procedimento, chegou-se a algumas grandes linhas de percepção da cidade que embasaram a definição dos eixos temáticos e esses a proposição dos artigos do projeto de lei do Plano Diretor. A Prefeitura esteve representada em todas as reuniões de leitura comunitária pela ONG Terceira Via que se encarregou de elaborar a ata da reunião e distribuí-la aos participantes do Núcleo Gestor.

5. Considerações Finais

O processo de elaboração do Plano Diretor requer a sistematização de todas as etapas no que diz respeito à participação das comunidades nas decisões de seus municípios. Para tanto, faz-se necessário adotar alguns princípios estratégicos como o uso da comunicação como ferramenta para uma pedagogia social, isso significa dizer que se oportuniza o direito do outro em se colocar, posicionar-se e questionar enquanto cidadão e sujeito de um mundo em transformação. É uma possibilidade para mudar o processo histórico brasileiro de dominação política, econômica e cultural caracterizada pela liderança de grandes latifúndios, empresários e famílias abastadas que decidem sobre o destino da cidade e seus efeitos, atendendo as suas necessidades de manutenção do *status quo*. Um novo cenário desponta para a criação de políticas públicas voltadas ao interesse comum.

Nesta direção, recorrer a Paulo Freire é importante para uma análise mais consistente do processo dialógico entre diferentes aspectos, tanto o social, como o político, o econômico e o cultural, notabilizando-se no âmbito democrático. Este processo é desenvolvido paulatinamente, garantindo o exercício e a prática de uma cidadania plena que interfere nas decisões da gestão de cidades. É uma conquista que vem sendo construída, mudando a realidade e fisionomia das cidades, tornando-as mais humanas, democráticas e justas.

Esse exercício proporciona uma possível reflexão no que diz respeito ao empoderamento das comunidades mais pobres das cidades para que participem de uma forma efetiva nas decisões sobre *a cidade que temos e a cidade que desejamos*, por meio da relação de comunicação e educação, numa prática que garante a oportunidade a todos os atores sociais numa gestão de democracia cidadã.

6. Bibliografia

- Arendt, H. (2005) *A condição Humana*. 10 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Alves, L.R. (1999) *Culturas do trabalho comunicação para a cidadania*. Santo André: Alpharrabio Edições.
- Bordieu, P. (2004) *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz, 4 ed. – São Paulo: Bertrand Brasil.
- Brasil. (2005) *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Lei n. 10.257 – 3 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Chauí, M. (2006) *Cidadania Cultural – o direito à cidadania*. 1 ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Coulanges, F. (2004) *A cidade antiga*. 5. ed. – São Paulo: Martins Fontes.
- Da Matta, R. (2003), *A casa e a rua*. São Paulo: Rocco.
- Freire, P. (2005) *Pedagogia do Oprimido*. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000) *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP.
- Furtado, C. (1984) *Que somos? sete teses sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Revista do Brasil, ano 1, 2, pp. 12-19.
- Rolnik, R. (1994) *São Paulo, início da industrialização: o cortiço na cidade de São Paulo*, In: *As lutas sociais e a cidade/org*. Lúcio Kowarick. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, M. (1998) *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Sawaia, B. (2002) *Participação Social e subjetividade*. In: *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*/Aldazida Sposati, Bader Sawaia, Dalmo Dallari, Ilse Warren... et alii/ coord. Marcos Sorrentino – São Paulo: EDUC/FAPESP.